

O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades

Alessandro Batistella*

RESUMO: : No presente artigo, analisar-se-á a ideologia trabalhista em dois momentos distintos: primeiramente, o trabalhismo proposto pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), responsável pela mobilização das massas no cenário político brasileiro entre os anos de 1945 e 1964; em seguida, focalizar-se-á o “novo trabalhismo” proposto pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), a partir da década de 1980. Neste sentido, nos limites deste texto, procurar-se-á salientar as continuidades e descontinuidades entre o “velho” e o “novo” trabalhismo.

Palavras-chave: Trabalhismo; PTB; PDT.

ABSTRACT: In this paper, I analyze the labourism ideology in two moments: firstly, the “labourism” proposed by the former Partido Trabalhista Brasileiro (Brazilian Labour Party – PTB), responsible for people mobilization in Brazilian political scenario between 1945 and 1964; afterwards I focus on “new labourism” proposed by Partido Democrático Trabalhista (Democratic Labour Party – PDT), after 1980’s. Thus, the continuities and discontinuities between both labourisms will be highlighted.

Keywords: Labourism; PTB; PDT.

Considerações iniciais

No presente artigo, pretende-se analisar a ideologia trabalhista em dois momentos distintos: primeiramente, o trabalhismo proposto pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro, responsável pela mobilização das massas no cenário político brasileiro entre os anos de 1945 e 1964. Em um segundo momento, o “novo trabalhismo” do Partido Democrático Trabalhista, a partir da década de 1980. Neste sentido, nos limites deste texto, procuramos salientar as continuidades e descontinuidades entre o “velho” e o “novo” trabalhismo.

Posteriormente, procuramos elencar alguns motivos para a *débâcle* do “novo trabalhismo”, refletindo se o mesmo não teria se tornado anacrônico em uma conjuntura marcada pelo neoliberalismo e pela globalização.

O Trabalhismo do antigo PTB

A partir de 1942, com o Estado Novo dando seus primeiros sinais de fissura¹, as vozes que clamavam pelo retorno do País ao regime democrático ecoavam cada vez mais alto na sociedade. Além das pressões externas², o governo também sofria pressões internas: diversos setores da sociedade – desde estudantes, intelectuais, empresários, comunistas, liberais, militares e integrantes do próprio governo – passaram a pressionar Vargas que, embora apoiado por uma expressiva parcela da população brasileira, não dava

mais conta dos protestos que surgiam de diversos grupos organizados da sociedade.

Percebendo que a volta ao regime democrático era uma questão de tempo, e com a relação com a cúpula militar desgastada, o governo procurou aprofundar sua base de apoio com os trabalhadores. Para tais propósitos, elaborou um sofisticado, complexo e eficiente projeto político, cuja entrada de Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, no Ministério do Trabalho e a contribuição de intelectuais orgânicos estadonovistas foram fundamentais para a legitimação do Estado – e de Getúlio Vargas – como protetores dos trabalhadores.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 211), Alexandre Marcondes Filho, durante todo o seu período ministerial (de janeiro de 1942 a julho de 1945), palestrava semanalmente, todas às quintas-feiras, durante dez minutos, no programa *Hora do Brasil*, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e irradiado pela Rádio Nacional, onde enfocava, sobretudo, a história das leis sociais, apresentada como um presente doado pelo Estado³ e por Vargas, que, aliás, era representado “sempre sorridente, jovial, confiante – com a excepcionalidade da sua pessoa – o político capaz e reformador social” (LENHARO, 1986, p. 193).

Ademais, além do emprego dos meios de comunicação, a construção da imagem de Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma por meio das grandes festas cívicas, que celebravam datas que enalteciam a pátria e o chefe de Estado – como era o caso do dia do Estado Novo (10 de novembro) e do aniversário de Vargas (19 de abril). Contudo, a festa mais emblemática era a do 1º de Maio, oferecida especialmente ao trabalhador e realizada, a partir de 1939, em estádios de futebol, onde Vargas discursava e geralmente apresentava alguma nova lei trabalhista (“o presente da festa”). Assim, com esses e outros elementos, construiu-se o “mito Vargas”. Portanto, segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 232-233), a invenção do trabalhismo no Brasil está cimentada à “ideologia da outorga”, no qual o Estado (e Vargas) apresentava-se como benfeitores, valorizando os trabalhadores brasileiros e presenteando-os com as leis sociais e trabalhistas, o que daria origem a um pacto simbólico entre os assalariados e Vargas⁴.

Aomesmotempo, sobretudo a partir de 1943, com as articulações da oposição e com a eclosão de manifestações mais veementes a favor do regime democrático, sucederam-se alguns acontecimentos emblemáticos, sinalizando que o Estado Novo estava em seu epílogo. Nesse sentido, destacamos:

- a) no final de 1944, é lançado o nome do brigadeiro Eduardo Gomes⁵ como candidato à sucessão de Vargas e começou-se a especular o nome do general Eurico Gaspar Dutra como outro candidato na disputa;
- b) em 22 de fevereiro de 1945, José Américo de Almeida, rompendo o cerco da censura, concedeu entrevista aos jornais exigindo eleições livres e exaltando a candidatura do brigadeiro⁶.

Após as declarações de José Américo aceleraram-se os acontecimentos: a 28 de fevereiro, foi decretado o Ato Adicional nº 9, estabelecendo eleições diretas para a Presidência da República e proporcionais para o Parlamento Nacional. Em seguida, no dia 18 de abril, o governo decretou anistia geral a seus adversários políticos, beneficiando desde liberais até comunistas. Posteriormente, a 28 de maio, foi decretada a chamada Lei Agamenon (Ministro da Justiça da época), que marcou as eleições para o dia 2 de dezembro e regulamentou o novo Código Eleitoral

e os requisitos para a formação dos partidos políticos. A grande inovação da lei é que ela tornava obrigatória, pela primeira vez na história brasileira, a formação de partidos de caráter nacional⁷ (BODEA, 1992, p. 14). Desta forma, solidificava-se o processo de transição, orientado pelo governo federal, e denominado por Luiz Werneck Vianna (1989) de “redemocratização pelo alto”.

Contudo, as articulações para a formação dos partidos políticos são anteriores à Lei Agamenon. Ainda em abril – precisamente no dia 7 – surgiu oficialmente a União Democrática Nacional (UDN)⁸, uma grande frente liberal-conservadora de oposição a Vargas que aglutinava desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana e elementos da esquerda não comunista – que ficariam conhecidos como Esquerda Democrática⁹ –, além de comunistas dissidentes da linha oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em suma, nesse momento, o partido abrigava diversos grupos políticos heterogêneos unidos pelo mesmo sentimento de rancor e oposição política a Getúlio Vargas e pela defesa da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes.

Simultaneamente, ao exemplo das forças antigetulistas, do lado das forças getulistas também ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: a primeira a surgir no cenário político-partidário brasileiro foi o Partido Social Democrático (PSD), em meados de abril de 1945, reunindo, em seus quadros, os interventores do período do Estado Novo, alguns segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais¹⁰, representando uma tentativa de centralizar as forças políticas tradicionais locais em uma estrutura partidária. (DELGADO, 2003, p. 138).

No entanto, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do regime: as massas trabalhadoras. Embora se possa visualizar que o desejo inicial era reunir, em um único e grande partido, todas as forças políticas “do” presidente, torna-se difícil sustentar que este desejo fosse, naquele momento, uma real possibilidade – como comprova a ausência de Marcondes Filho do conjunto de reuniões que formularam o PSD. Portanto, é difícil imaginar que Getúlio e os demais planejadores do processo de transição tivessem optado por uma solução partidária que preterisse ou minimizasse as tão cuidadosamente acalentadas bases sindicais (GOMES, 2005, p. 281-282).

Neste sentido, a definição do formato do PSD praticamente estabelecia os contornos do outro partido “situacionista”: ele deveria reunir as novas lideranças sindicais que também vinham resistindo ao projeto de uma só organização partidária. Assim, o Partido Trabalhista Brasileiro¹¹ nasceu ao mesmo tempo em que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha sendo acalentado pelo Estado Novo¹² (Idem).

O Partido Trabalhista Brasileiro foi uma invenção da burocracia ministerial e sindical vinculada ao Estado Novo. Segundo Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo (1989): “O PTB nasceu ‘como uma aposta no filão’ do grande investimento que Vargas realizara, ao longo dos anos da administração Marcondes Filho, na formação de uma ampla base política no seio das nossas massas trabalhadoras, quer via campanha de sindicalização, quer via doutrinação [...]”. Inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês, no Brasil,

[...] o programa do partido se sustentaria em especificidades peculiares à história política social brasileira: a defesa da legislação trabalhista e social da primeira Era Vargas; a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo, que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido. Portanto, o trabalhismo inglês seria tão só uma roupagem neutra, sem a expressão real que os fundadores do partido insistiam em dar ao PTB (DELGADO, 1989, p. 78).

Elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos. No entanto, o PTB não foi criado para ser um partido *dos* trabalhadores, mas um “partido *para* os trabalhadores”, pois também objetivava ser um anteparo ao PCB, que, legalizado, disputaria a simpatia (e os votos) dos assalariados urbanos¹³.

Segundo Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 45), o discurso anticomunista foi um elemento marcante nas justificativas doutrinárias e na prática política que embasou a formação do PTB. No entanto, convém ressaltar que o anticomunismo não foi o aspecto preponderante na criação do PTB. Conforme a pesquisadora (Ibidem, p. 33), a origem do PTB estaria relacionada à conjugação de três fatores:

- a) o primeiro diz respeito à manutenção dos poderes da ordem anterior na nova ordem;
- b) o segundo vincula-se à necessidade de preservar os segmentos, categorias e organizações de trabalhadores para as manobras e articulações de Vargas na nova ordem, evitando-se, com isso, uma possível expansão comunista junto a estes setores;
- c) o terceiro, que engloba em extensão os dois primeiros, liga-se à preservação do carisma e da influência personalística de Vargas sobre os trabalhadores.

Em suma, o PTB foi, segundo Maria Celina D’Araújo (1996), “um partido de origem carismática e personalista, que orbitou em torno da figura de Getúlio Vargas”. Aliás, “o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros” (DELGADO, 1989, p. 47).

Sobre o programa do PTB¹⁴, este era composto por 30 pontos – 27 dos quais dedicados a objetivos sócio-econômicos, como bem observou Maria Celina D’Araújo (1996) –, dentre os quais destacamos:

- Manutenção da CLT e extensão da legislação social e trabalhista aos trabalhadores rurais, servidores públicos, profissionais liberais e assalariados das autarquias e institutos paraestatais;
- Autonomia sindical;
- Difusão de escolas públicas primárias, de frequência obrigatória, à população infantil; multiplicação dos estabelecimentos públicos de ensino secundário e de escolas noturnas gratuitas para a alfabetização intensiva de adultos e adolescentes;
- Concretização do programa do Instituto dos Serviços Sociais do Brasil, assegurando aos trabalhadores serviços médicos, farmacêuticos e dentários, garantia do recebimento do salário durante a enfermidade, proteção contra acidentes de trabalho, meios da aquisição da casa própria, entre outros;

- Proteção à maternidade e à infância;
- Planificação econômica, atingindo todos os setores e visando, por meio da orientação, intervenção ou gestão do Estado, que a produção do País atenda a todas as necessidades internas, assegurando a baixo custo as utilidades essenciais a todos os trabalhadores;
- Investimentos nas fontes de energia, nos transportes, no parque industrial brasileiro, na agricultura e no comércio;
- A limitação da riqueza (através do imposto de renda, revertendo o excesso em benefício da coletividade) e participação dos trabalhadores nos lucros;
- Extinção dos latifúndios;
- Combate aos trustes e cartéis nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião;
- Combate aos regimes totalitários;
- Defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e greve ilegal.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela luta anti-imperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. “Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas, profundamente estimuladas por Vargas: uma trabalhista e outra nacionalista – que integrar-se-iam em um objetivo: o engrandecimento da nação, personificada por Getúlio” (DELGADO, 1989, p. 55).

Sem dúvida, o programa do PTB era progressista, inclusive opondo-se a interesses de grupos poderosos, como, por exemplo, o dos latifundiários, dos industriais e das empresas internacionais. No entanto, nos seus anos iniciais, o partido acabou deixando os pontos mais “espinhosos” do seu programa em segundo plano, pois, caso contrário, poderia representar uma cisão na aliança com o PSD.

Embora o getulismo tenha sido predominante, sobretudo nos primeiros anos do partido, convém lembrarmos que também houve outras orientações e propostas políticas que marcariam o PTB desde os seus primeiros anos. Neste sentido, Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 52-53) distingue dois grupos centrais:

- O grupo dos “pragmáticos e fisiológicos”, mais identificados com Vargas e oriundos da burocracia estadonovista (sindicalistas, burocratas do Ministério do Trabalho, políticos profissionais e empresários), era formado por facções que disputavam cargos e benefícios¹⁵. A proposta destes petebistas, apesar de suas diferenças internas, poderia ser sintetizada em um único lema: cultivar o carisma de Getúlio Vargas como instrumento de mobilização política e social.
- O grupo dos “doutrinários reformistas”, cuja proposta centrava-se na idéia de que o PTB deveria se organizar sobre uma doutrina trabalhista socializante, independente de carismas pessoais e de estruturas oficiais. Embora defendessem idéias de um trabalhismo mais autônomo em relação a Vargas, reconheciam que, para consolidar o partido, era difícil prescindir da figura do presidente. Dentre os “doutrinários”, destacaram-se Alberto Pasqualini, Lúcio Bittencourt e Fernando Ferrari.

A linha “doutrinária reformista” teve como seu grande expoente o sul-rio-grandense Alberto Pasqualini¹⁶, que ingressou no PTB em 1946, quando os getulistas já controlavam toda a máquina partidária. De início, teve sua atuação baseada principalmente no Rio Grande do Sul, porém o caráter doutrinário de suas propostas levou-o a alcançar projeção na-

cional (DELGADO, 1989, p. 70) – inclusive sendo considerado o grande teórico do PTB¹⁷.

Analisando a produção política ideológica de Pasqualini, Luiz Alberto Grijó (2007, p. 94-95) diz que “[...] pode-se dizer que ele foi o tradutor dos conteúdos da chamada doutrina social da Igreja para as disputas político-partidárias inauguradas no Brasil depois da queda do Estado Novo, o que mesclava com seus conhecimentos adquiridos em termos de ciências sociais, história, ‘cultura geral’ e direito”. Neste sentido, Grijó (Ibidem, p. 95-96) verifica que a doutrina trabalhista de Pasqualini apoiava-se nas encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo anno* (1931), concebendo, assim, “o trabalhismo como profundamente humano e essencialmente cristão, de acordo com o que pregava a verdadeira doutrina social da Igreja”. Conforme o autor, Pasqualini “[...] sustentava a necessidade da ‘justiça social’, a qual não seria alcançada pelo conflito entre grupos ou classes nem pelo combate ideológico, mas somente pela conversão dos ‘capitalistas’ aos princípios humanistas e cristãos do ‘solidarismo’”. Dessa forma, por meio de um “capitalismo solidarista”¹⁸, o trabalhismo deveria enfatizar as reformas sociais como pontos prioritários, visando à eliminação da exploração do homem e da usura social.

Minoritários durante um longo período, os “doutrinários reformistas” passariam a dominar o partido no momento de declínio do getulismo, iniciado após a morte de Vargas¹⁹. Desta forma, o PTB, paulatinamente, deixou de ser apenas um partido “getulista e personalista” para tornar-se também um partido “reformista”, comprometido com o nacionalismo²⁰ e o programa de reformas econômicas e sociais²¹ – adotando, assim, uma posição mais próxima das propostas defendidas por Pasqualini (isto é, reformas sociais sem a substituição do modo de produção capitalista).

Esta segunda fase do partido, caracterizada por um trabalhismo sem Vargas e pela dispersão do seu carisma, também foi marcada por um significativo crescimento eleitoral e pela ascensão de novas lideranças trabalhistas, como João Goulart, Leonel Brizola, Fernando Ferrari, San Tiago Dantas, Lúcio Bittencourt, entre outros, que representavam um “novo e verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho e fisiológico” trabalhismo²² (GOMES, 2007, p. 75).

Dentre essas novas lideranças trabalhistas, destacaremos João Goulart e Leonel Brizola. Goulart – ex-ministro do Trabalho do segundo governo Vargas e ex-presidente da República (1961-1963), também conterrâneo e considerado, por alguns, protegido de Vargas – assumiu a presidência do PTB, em junho de 1952 (ocupando o cargo até 1964), com a missão de controlar as divergências entre as diferentes facções dentro do partido. Além de costurar alianças com os comunistas nos meios sindicais, Jango também se preocupou em dar uma maior substância doutrinária ao partido²³.

De origem humilde e cunhado de Jango, Leonel Brizola ganhou notoriedade nacional no episódio da Campanha da Legalidade, em 1961, quando era governador do Rio Grande do Sul. Aliás, seu governo ficou marcado pelo amplo investimento na educação, pela criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e por uma política desenvolvimentista, nacionalista e opositora ao capital estrangeiro²⁴. Desta forma, Brizola surgia, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, como uma grande liderança popular, nacionalista e de esquerda. No governo de Goulart, aglutinou e liderou as esquerdas, que pressionavam o governo em prol das reformas de base²⁵. Aliás, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o trabalhismo reform-

ista ganhou enorme projeção no cenário político e social brasileiro ao aliar-se a movimentos populares²⁶ e ao PCB²⁷ na defesa das bandeiras do nacionalismo e das reformas de base²⁸.

Retomando alguns dos pontos mais polêmicos do seu programa partidário – como a reforma agrária, a extensão das leis trabalhistas aos trabalhadores rurais e o combate aos quartéis estrangeiros –, o PTB acabaria, no governo Jango, rompendo a sua tradicional aliança com o PSD – cuja linha hegemônica era formada por conservadores – e, isolado em um contexto de acirrada polarização ideológica, ingressado na “coalizão radical pró-reformas” – cuja palavra de ordem era “reforma agrária na lei ou na marra” –, liderada por Brizola.

Naquele contexto, a radicalização política entre os grupos de esquerda e direita, que polarizava a sociedade civil e o Congresso Nacional, chegou também às Forças Armadas, sobretudo após o comício do dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil²⁹, e, poucos dias depois, da eclosão de uma crise militar³⁰. Assim,

[...] o estopim da crise ocorreu no dia 30, após Jango ter participado da festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no Rio de Janeiro. Ter comparecido a uma festa de subalternos das Forças Armadas, logo após um motim de marinheiros, representou a gota d'água para os militares. No dia seguinte, Jango e o regime democrático foram derrubados por um golpe civil-militar, que encontrou poucas resistências. Desde então, os golpistas fariam do PTB e do trabalhismo, bem como dos comunistas, seus inimigos de morte (FERREIRA, 2003b, p. 376).

Desta maneira, após o Golpe Civil-Militar, o PTB, juntamente com as esquerdas em geral e os demais setores progressistas, sofreu uma dura repressão, que se expandiu também para o seu braço sindical. Essa situação perdurou até a cassação da legenda pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos no País (GOMES, 2007, p. 78). Seus principais expoentes, João Goulart e Leonel Brizola, exilaram-se no Uruguai.

O “novo” trabalhismo do PDT

No final da década de 1970, a Ditadura Civil-Militar no Brasil começou a dar sinais do seu esgotamento: se por um lado, uma aguda crise econômica solapava a legitimidade do regime perante os seus principais sustentáculos políticos (a elite e a classe média), por outro lado, esse período foi marcado por uma série de movimentos populares (movimento operário, de trabalhadores sem terra, movimento feminista, movimento negro, movimento indígena, movimentos urbanos, dentre outros) que ansiavam por mudanças e pressionavam pela redemocratização do País.

E foi neste contexto crepuscular da Ditadura que ocorreria o evento fundador do novo trabalhismo: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho de 1979, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Brizola³¹.

A principal resolução desse encontro foi a *Carta de Lisboa*, um documento que sintetizaria as principais idéias do “novo trabalhismo”, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas também que pregava a volta de antigas bandeiras de luta:

O grande desafio com que nós, Trabalhistas, nos defrontamos hoje é o de nos situarmos no quadro político brasileiro para exercer o papel renovador que desempenhávamos antes de 1964 e em razão do qual fomos proscritos. Com efeito, apesar de termos tido numerosas deficiências, não foi por elas que caímos. Fomos derrubados, isto sim, em virtude das bandeiras que levantamos. A velha classe dominante brasileira e os agentes internos do imperialismo, não nos podendo vencer pelo voto, nos excluíram pelo golpe.

A verdade que afinal se fez evidente (depois de copiosamente comprovada) é que o governo do presidente João Goulart foi derrubado por uma ação conjugada. Os latifundiários temiam a lei da Reforma Agrária que, com a nossa presença no Congresso Nacional, seria inevitável. Por sua vez, o governo norte-americano de então planejou e coordenou o golpe para evitar a aplicação da lei de Remessas de Lucros que poria termo à espoliação do Brasil pelas empresas multinacionais.

O desafio com que nos defrontamos é, por conseguinte, o de retomar as bandeiras daquela tentativa generosa de empreender legalmente as reformas institucionais indispensáveis para liberar as energias do povo brasileiro. Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de 20 e 100 hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifúndios, subsidiados com recursos públicos. E teremos também de levantar a bandeira da luta pela regulamentação do capital estrangeiro, para pôr fim à apropriação das riquezas nacionais e ao domínio das próprias empresas brasileiras pelas organizações internacionais. (Carta de Lisboa, grifos meus. In: CHACON, 1985, p. 689).

Além da retomada das bandeiras reformista e nacionalista, na Carta de Lisboa os trabalhistas comprometiam-se a:

- [...] o nosso primeiro compromisso é o de reconduzir o Brasil a uma institucionalidade democrática em que todo o poder emana do povo e seja por ele periodicamente controlado através de eleições livres e diretas, nas quais todos os brasileiros de maioridade sejam eleitores e elegíveis.
- Nosso segundo compromisso é o de levantar as bandeiras do Trabalho para reimplantar a liberdade sindical e o direito de greve [...]. É dever também dos Trabalhistas lutar contra a brutal concentração de renda que responde inclusive pelo achatamento dos salários fixados em índices falsificados e sempre inferiores ao aumento das taxas do custo de vida. Será também preocupação primordial dos Trabalhistas a elaboração de uma nova legislação do trabalho que recupere as conquistas subtraídas pela ditadura e que permita a ampliação constante dos direitos dos trabalhadores.
- Nosso terceiro compromisso é o de reverter as diretrizes da política econômica, com o objetivo de afirmar, em lugar do primado do lucro, a prioridade de dar satisfação às necessidades vitais do povo, especialmente as de alimentação, saúde, moradia, vestuário e educação. O resultado da orientação economicista até agora vigente é este contraste espantoso entre a super-prosperidade das empresas – especialmente as estrangeiras – e o empobrecimento do povo brasileiro. Nos últimos anos, trabalhadores do campo se viram convertidos majoritariamente em bóias-frias que perambulam sem trabalho permanente, e trabalhadores nas cidades se viram transformados em massas marginalizadas que se concentram na porta das fábricas. Estas intensas multidões vivem em condições tão extremas de carência alimentar que já tem sua sobrevivência biológica e sua saúde mental afetadas. (*Carta de Lisboa*. In: CHACON, 1985, p. 670).

Contudo, um dos pontos inovadores do “novo trabalhismo” estava na atenção especial às “massas marginalizadas”, divididas em quatro categorias:

- Primeiro, o de salvar os milhões de crianças abandonadas e famintas,

que estão sendo condenadas à delinquência; bem como o meio milhão de jovens que, anualmente, alcançam o 18 anos de idade analfabetos e descrentes de sua Pátria.

- Segundo, o de buscar as formas mais eficazes de fazer justiça aos negros e aos índios que, além da exploração geral de classe, sofrem uma discriminação racial e étnica, tanto mais injusta e dolorosa, porque sabemos que foi com suas energias e com seus corpos que se construiu a nacionalidade brasileira.

- Terceiro, o de dar a mais séria atenção às reivindicações da mulher brasileira, que jamais viu reconhecidos e equiparados seus direitos de pessoa humana, de cidadã e de trabalhadora; e que, além de ser vítima da exploração representada pela dupla jornada de trabalho, se vê submetida a toda a sorte de vexames sempre que procura fazer valer os seus direitos.

- Quarto, o de fazer com que todos os brasileiros assumamos a causa do povo trabalhador do Norte e do Nordeste, espoliado tanto por uma economia local obsoleta como por um colonialismo interno exercido de forma escorchante pelas unidades mais ricas da federação e pelo próprio Governo Federal, que propicia sua exploração entregando às grandes empresas, na forma de subsídios para aumentar seus lucros, os recursos que deviam ser destinados àquelas populações extremamente carentes. (Carta de Lisboa, grifos meus. In: CHACON, 1985, p. 671).

Portanto, o “novo trabalhismo”, atualizado com os movimentos populares do final dos anos 1970, comprometia-se à defesa dos negros, dos índios e da mulher brasileira. Este ponto, além de muito significativo, demonstra que o “novo trabalhismo” lutaria pelos interesses de outros segmentos sociais, e não apenas dos trabalhadores, explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme bem observou Ronaldo Vainfas (2007, p. 493), “embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovido-se de bandeiras marxista ou sindicalista”.

No entanto, a *Carta de Lisboa* também revela algumas permanências no que tange ao antigo trabalhismo. Além da encampação das antigas bandeiras de luta (reformas de base e nacionalismo), também há uma presença do getulismo: “[...] continuaremos firmemente, sob a inspiração da Carta Testamento do presidente Getúlio Vargas, a caminhar junto ao povo que nos levará à emancipação da Pátria” (In: CHACON, 1985, p. 672).

Em meio ao lento e negociado processo de redemocratização do País, o governo militar, no final de 1979, estabeleceu a Anistia – de ambos os lados – e uma reforma partidária, que colocaria fim ao bipartidarismo. De volta ao Brasil, Brizola protagonizou com Ivete Vargas uma ferrenha disputa pela “mítica” sigla do PTB, que acabou, em virtude do “trabalho nos bastidores” do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, entregue à Ivete. Com a histórica sigla do PTB em suas mãos, Ivete Vargas imprimiu ao partido uma velha característica do antigo PTB paulista: um partido fisiológico, que tentava sobreviver do carisma de Getúlio Vargas – o que tornaria o PTB um verdadeiro “saco de gatos”.

Abalado com a decisão do TSE, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança petebista, fundar uma nova sigla: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa* e incorporou a rosa vermelha socialista estampada no símbolo do partido. O “novo trabalhismo” do PDT fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo. Segundo João Trajano Sento-Sé (2007, p. 440-442):

- Democracia: “o PDT era incondicionalmente comprometido com a democracia não gratuitamente, pois muitos de seus militantes sofreram perseguições e tiveram que exilar-se durante o período ditatorial”.
- Nacionalismo: “uma das marcas do antigo PTB, no novo trabalhismo o nacionalismo não se restringia apenas à ordem econômica (defesa das riquezas nacionais dos espoliadores internacionais), mas também nos âmbitos cultural, social e político. Em outras palavras, tratava-se de forjar um projeto nacional que promovesse as genuínas tradições culturais do povo brasileiro, que incluísse as massas excluídas à sociedade formal e que suscitasse a integração regional, pondo fim às enormes desigualdades de todas as ordens [...]”.
- Socialismo: “a associação do trabalhismo ao socialismo reafirmava o novo partido trabalhista como uma força de esquerda. Porém, não se tratava de uma mera estratégia retórica, uma vez que havia no grupo que fundou o PDT vários egressos do PSB. Muitos trabalhistas julgavam que o trabalhismo era um socialismo à brasileira. Esse socialismo representava, em linhas gerais, um programa radical de reformas políticas, sociais e econômicas, mas sem a exclusão da propriedade privada, que seria realizado de forma democrática, e não através da revolução, diferenciando-se, assim, do regime soviético, naquele momento rejeitado por diversos setores da sociedade brasileira”.

A partir desse tripé, o “novo trabalhismo” passou a ser também denominado de “socialismo à brasileira” ou “socialismo moreno” – designação criada por Darcy Ribeiro durante a campanha estadual de 1982.

Entretanto, ao contrário do antigo PTB, que praticamente não tinha concorrentes, no período 1945-1964, na disputa pela simpatia popular – uma vez que o PCB estava na ilegalidade e enfrentava certa rejeição em virtude de uma série de campanhas caluniosas naquele contexto de Guerra Fria – o PDT encontraria, a partir dos anos 1980, uma forte concorrência: o Partido dos Trabalhadores (PT), herdeiro do novo sindicalismo. Fundado em 1980, o PT, liderado e presidido pelo operário Luís Inácio Lula da Silva, foi o grande rival, no campo das esquerdas, do PDT e de Brizola. Conforme lembra Ronaldo Vainfas (2007, p. 495), o PT classificaria Brizola como “populista”, e o PDT como um partido arcaico, herdeiro do sindicalismo pelego do pré-1964 e chefiado por um “caudilho”, “em contraste com a modernidade que os petistas julgavam haver no PT, com sua liderança autenticamente operária, sua democracia interna, suas tendências socialistas e facções ideologicamente mais radicais”. Ainda segundo Vainfas (Ibidem, p. 496), a reação de Brizola também não foi pequena:

[...] Em seus discursos, devolvia ao PT a acusação de autoritarismo, punha em xeque a capacidade administrativa de Lula, apontava o radicalismo do programa adversário – o que, de certo modo, o fazia deslizar em uma posição de centro-esquerda. Mas a crítica mais freqüente que Brizola movia ao PT, em particular contra seu presumido purismo ético e ideológico, era a de que o PT era como “a UDN de tamancos”, fórmula que metaforizava o denunciismo lacerdista dos anos 1950-60 e, ao mesmo tempo, ridicularizava a imagem operária que o PT fazia de si mesmo.

Mesmo nutrindo uma grande rivalidade com o PT, no campo das esquerdas, e odiado no campo das direitas, Leonel Brizola elegeu-se governador do Rio de Janeiro em 1982, e seu PDT derrotou os herdeiros do bipartidarismo (Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB e o Partido Democrático e Social - PDS). Entretanto, salvo esse início promissor, “entre

1982 e 1989 o PDT criou uma estrutura partidária apenas razoável” e “somente nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde se encontravam as suas bases e uma forte memória trabalhista, o partido protagonizou o cenário político” (SENTO-SÉ, 2007, p. 445).

Na campanha presidencial de 1989, Brizola disputou voto a voto com Lula a chance de disputar o segundo turno com o “fenômeno Collor”. Ronaldo Vainfas (2007, p. 498-499) lembra que o “programa de Brizola, acusado pelos petistas de reeditar o velho nacionalismo dos anos 1950 e de apegar-se à memória do ditador Vargas, no fundo não avançava muito em relação ao que pregava desde o exílio lisboeta, para não falar dos anos 1960”. Ao final da campanha, Brizola sofreu uma dupla e dura derrota: além de perder para Lula a chance de disputar o segundo turno com Fernando Collor, assistiu ao vertiginoso crescimento do PT, enquanto o seu PDT estagnava-se.

O último alento do partido foram as eleições estaduais de 1990, “quando Brizola elegeu-se novamente governador do Rio de Janeiro, além de ter conquistado os governos do Rio Grande do Sul, com Alceu Collares, e do Espírito Santo, com Albuíno Azevedo, e eleger 49 deputados federais” (SENTO-SÉ, 2007, p. 445). No entanto, a partir da década de 1990, iniciar-se-ia a *débâcle* do novo trabalhismo, do PDT e de Leonel Brizola.

A *débâcle* do trabalhismo

Conforme João Trajano Sento-Sé (2007, p. 446), a partir de 1992 se tornaram mais agudos e freqüentes, no interior do PDT, confrontos e dissidências que se revelariam fatais ao partido. Soma-se a isso o fato de nunca firmar-se como um grande partido no âmbito nacional, ao contrário do seu concorrente direto, o PT, que

[...] conseguiu congrega o chamado novo sindicalismo, diversos setores do sindicalismo urbano de classe média, setores da Igreja Católica e vários grupos de esquerda. Criado com o propósito aberto de se diferenciar das “antigas esquerdas” e do “velho trabalhismo peleguista”, o PT foi um adversário duro, que se consolidou ao longo dos anos como partido organizado, com uma militância jovem e ruidosa, capaz de se firmar, ao menos por um certo tempo, como alternativa inovadora de esquerda para a política brasileira (Idem, p. 447).

Soma-se a isso o fato de Brizola colecionar, na década de 1990, uma sucessão de fracassos e equívocos. Conforme análise de Ronaldo Vainfas (2007, p. 499-500), seu segundo governo no estado do Rio de Janeiro (1990-1994) foi marcado pela má administração em quase todos os setores, exceto na educação; não apoiou, em 1992, a campanha do *impeachment* de Collor, talvez atormentado pelo “fantasma do golpe”; e colecionou derrotas eleitorais, com desempenhos pífios (na campanha presidencial de 1994, por exemplo, ficou em quinto lugar, inclusive atrás de Enéas Carneiro, do PRONA; além do quarto lugar para a prefeitura do Rio de Janeiro, em 2000, e do sexto lugar na disputa pelo Senado, em 2002).

Por outro lado, a decadência eleitoral de Brizola também é sintomática da decadência do seu projeto político, o “novo trabalhismo” ou “socialismo moreno”, que, na década de 1990, não conseguia mais a mesma mobilização de outrora. No campo

das esquerdas, o “novo trabalhismo” perdeu definitivamente espaço para o PT, inclusive em estados historicamente trabalhistas, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul.

Ademais, parece que o discurso nacional-estatista e socializante do “novo trabalhismo” sofreu um grande revés político-ideológico no contexto dos anos 1990, marcado nacionalmente e internacionalmente pelo *tsunami* neoliberal e pela globalização – herdeira do fim do socialismo real e da hegemonia do capitalismo. Com a morte de Leonel Brizola, em 2004, ficam as dúvidas, a serem respondidas na posteridade: teria o trabalhismo sido sepultado com ele? Ou será que o trabalhismo ressurgirá algum dia como uma nova roupagem?

Considerações finais

Primeiramente, nos limites desse ensaio, procuramos analisar as continuidades e descontinuidades entre o trabalhismo do antigo Partido Trabalhista Brasileiro e o “novo trabalhismo”, também conhecido como “socialismo moreno”, do PDT. Neste sentido, podemos verificar que o trabalhismo do antigo PTB caracterizava-se, em um primeiro momento, pelo carisma e personalismo de Getúlio Vargas, pela defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, e, em um segundo momento – sobretudo após o suicídio de Getúlio – pela ferrenha luta das bandeiras nacionalistas e reformistas.

No que tange às continuidades, o “novo trabalhismo” se manteria atrelado a todas essas características do “velho trabalhismo”, inclusive insistindo na retomada do curso dos acontecimentos anteriores ao Golpe de 1964.

Acerca das descontinuidades, o “novo trabalhismo”, atualizado com os movimentos populares do final dos anos 1970, encamparia as bandeiras dos movimentos étnicos e feministas, comprometendo-se à defesa dos negros, índios e das mulheres. Ademais, o “novo trabalhismo” também inovaria no que concerne à defesa incondicional da democracia, na ampliação do nacionalismo aos âmbitos cultural, social e político (e não apenas econômico) e com um programa reformista socializante.

Quanto à adaptação do projeto político-partidário do “novo trabalhismo” à conjuntura brasileira do pós-1985, uma série de fatores somados contribuíram para a sua débâcle, dentre eles a forte concorrência do PT, os confrontos e dissidências no interior do partido, alguns equívocos político-partidários de Leonel Brizola, além da própria conjuntura dos anos 1990, marcada pela ascensão do neoliberalismo e da globalização.

Contudo, não considero que o projeto político-ideológico do “novo trabalhismo” tenha se tornado anacrônico ao longo da década de 1990; pelo contrário, em tempos de capitalismo hegemônico, torna-se fundamental a ação do Estado para amenizar os seus efeitos e garantir os direitos conquistados pela população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BODEA, Miguel. **Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **As instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Ed. da FGV, 1999.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis do seu programa. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1985.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder**: o PTB de 1945-1965. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB**: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 127-154.
- FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3, p. 13-46.
- FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3, p. 343-404.
- GOMES, Ângela de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2. (Coleção As Esquerdas no Brasil).
- GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **As Esquerdas no Brasil**: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 83-100.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. 2. ed. Campinas: Papirus/Ed. da Unicamp, 1986.

RUAS, Miriam Diehl. **A doutrina trabalhista no Brasil (1945-1964)**. Porto Alegre: Fabris, 1986.

SENTOSÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3. (Coleção As Esquerdas no Brasil).

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicatos no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Notas

* Doutorando em História pela UFRGS. Bolsista da CAPES.

¹ Segundo José Murilo de Carvalho (1999), a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos americanos, semeou a crise do Estado Novo, pois dentro do governo havia duas alas: uma simpatizante aos americanos (representado pelo agora embaixador do Brasil em Washington, Osvaldo Aranha) e outra simpatizante aos alemães, representada por elementos da cúpula militar, como Eurico Dutra e Góis Monteiro, além de Filinto Müller. Desta forma, a opção pelo lado americano representou o início da cisão entre Vargas e os militares, que até então haviam o apoiado e o sustentado no poder.

² A pressão externa pela redemocratização do Brasil aumentava com a derrocada dos países do Eixo e a iminente vitória dos países aliados, comprometidos com os valores da liberal democracia.

³ A “ideologia da outorga” procurava apagar da memória dos trabalhadores a tradição de luta do movimento operário na República Velha.

⁴ Segundo Ângela de Castro Gomes (2005, p. 230-231), o pacto efetuado entre o povo e Getúlio Vargas era um “pacto da reciprocidade”, da “gratidão”, que ganhou força em virtude da construção simbólica de Vargas no pós-1940, e não o pacto baseado apenas em trocas utilitárias, que, apesar de não ser afastado in totum, é relativizado pela autora.

⁵ Segundo Ângela de Castro Gomes (ibidem, p. 278), foi só após a presença da candidatura de Eduardo Gomes que Vargas retomou sua preocupação com as bases organizacionais de caráter partidário.

⁶ Segundo Jorge Ferreira (2003a, p. 16), a entrevista sinalizou à sociedade que os censores do DIP se afastaram das redações dos jornais, além de evidenciar que a Ditadura dava sinais definitivos de cansaço.

⁷ Este dispositivo visava não apenas a evitar uma excessiva fragmentação partidária, mas também impedir o ressurgimento dos tradicionais partidos oligárquicos, que tinham bases essencialmente estaduais e defendiam um programa federalista e outros princípios derivados do liberalismo clássico (BODEA, 1992).

⁸ Sobre mais detalhes acerca da UDN, ver BENEVIDES (1981).

⁹ Como lembra Miguel Bodea (1992), após a convenção de abril de 1945, os elementos da chamada Esquerda Democrática (na maioria, socialistas antigetulistas) começam a se afastar da linha liberal-conservadora da UDN e, em agosto de 1945, a Esquerda Democrática praticamente rompe com a UDN. Assim, em princípios de 1946,

juntando-se com outros grupos socialistas independentes, passam a formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

¹⁰ Segundo Lucília Delgado (2003, p. 138-139), as bases estruturais do PSD estavam enraizadas na máquina administrativa do primeiro governo Vargas, em nível federal, e, principalmente, na esfera estadual. Esta sustentação contribuiu para que o partido já nascesse com meio caminho andado para o sucesso eleitoral, uma vez que, antes de sua fundação, já controlava sólida infraestrutura administrativa e também clientelista nos diferentes estados da Federação

¹¹ A data da formação de uma Comissão Executiva Nacional para organizar o partido é 15 de maio de 1945, porém, a data oficial da criação do PTB, segundo os registros legais existentes, é 26 de março de 1945. Segundo Maria Celina D'Araújo (1996, p. 24-27), na verdade, esta foi uma data atribuída pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho, José Segadas Viana, que “num dia de menos movimento”, em seu gabinete, pôde escrever a ata de fundação do partido para depois solicitar a assinatura dos sindicalistas que ali compareciam para tratar de assuntos de seu interesse. Segundo a pesquisadora, o próprio Segadas Viana reconheceria que, em 1945, os sindicatos eram facilmente mobilizados pelo Ministério do Trabalho e que isso facilitou a organização do partido com base no recrutamento de lideranças sindicais.

¹² No entanto, convém lembrar que além dos três grandes partidos nacionais (UDN, PSD e PTB), ainda em 1945 também surgiram outros que tiveram algum relevo na democracia brasileira, dentre eles: o PCB (fundado em 1922 e, portanto, um partido de atuação histórica bastante anterior ao sistema), liderado por Luiz Carlos Prestes; o Partido de Representação Popular (PRP), liderado pelo integralista Plínio Salgado; além de partidos mais regionalizados, mas com alguma influência no cenário nacional, como o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, o Partido Libertador (PL) de Raul Pilla, e o Partido Republicano, herdeiro dos PRs

¹³ Lucília de Almeida Neves Delgado (1989, p. 42) lembra que a estratégia de Getúlio Vargas com relação ao PCB seria habilmente desenvolvida: a curto prazo, especialmente nos primeiros meses de 1945, quando a oposição se organizava e crescia, os comunistas poderiam lhe ser muito úteis – como, de fato, foram na campanha queremista. Já a médio e longo prazos, a situação tornar-se-ia diferente: Getúlio, que sempre se manifestara contrário à teoria marxista, e que sempre pregava e procurava criar condições para se gerar um “processo de colaboração entre as classes sociais”, desprezaria o apoio do PCB, agora concorrente do PTB junto aos segmentos assalariados urbanos. Ademais, também não podemos esquecer que o PTB foi um dos responsáveis pelo processo de cassação do PCB em 1947. Cf. D'ARAÚJO, 1996, p. 47-51

¹⁴ Cf. Programa do PTB em CHACON, 1985, p. 449-466.

¹⁵ Eram membros desse grupo Agamenon Magalhães, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Luís Augusto de França, Paulo Baeta Neves, Segadas Viana, entre outros.

¹⁶ Segundo Luiz Alberto Grijó (2007, p. 90), em 1945 Pasqualini centralizava, no Rio Grande do Sul, a União Social Brasileira (USB), um movimento político-ideológico de oposição ao Estado Novo, embora também se posicionasse em favor da legislação trabalhista e das obras sociais implementadas pelo governo Vargas. Após a queda do Estado Novo, a USB entra em negociação com o PTB e, em 1946, é integrada ao partido.

¹⁷ Luiz Alberto Grijó (Ibidem, p. 85) lembra que Alberto Pasqualini era tido como “um dos poucos membros do PTB que se dedicaram a elaborar e a difundir princípios fundamentados em disciplinas como a filosofia, história, sociologia e mesmo a teologia que sustentassem linhas de ação coerentes para os seus militantes e simpatizantes”.

¹⁸ Conforme lembra Luiz Alberto Grijó (Ibidem, p. 96), “o tipo de capitalismo pregado por Pasqualini deveria ser um ‘meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo’, um ‘sistema no qual as relações entre o capital e o trabalho sejam reguladas por uma legislação justa que tenha em conta o esforço e a cooperação’”.

¹⁹ Ângela de Castro Gomes (2007, p. 71) relata que, em 1954, já se percebia o PTB, liderado por uma nova geração de políticos, francamente marcado por propostas nacionalistas e projetos de reformas sociais e econômicas.

²⁰ Conforme Maria Celina D'Araújo (1996, p. 121-122): “[...] O mérito do PTB [...] resultou de sua capacidade de

acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar porta-voz de um discurso que invadia a América Latina de então e que criara profundas raízes no Brasil. Trata-se do discurso nacionalista que, de maneira geral, atribuía as dificuldades dos países sul-americanos às pressões econômicas e aos interesses ‘imperialistas’ da América do Norte. Neste diagnóstico, que definia o inimigo a ser combatido, havia uma aprovação implícita das medidas nacionalistas e estatizantes”.

²¹ Neste sentido, é importante salientar as observações de Lucília de Almeida Neves Delgado (1989), que enfatizou as continuidades e discontinuidades presentes na história do PTB. Segundo a autora, a continuidade se daria através do forte vínculo de origem com o getulismo e o fisiologismo dele decorrente, enquanto a discontinuidade seria expressa através de um projeto reformista, que teria adquirido vulto em meados da década de 1950. Entretanto, a convivência ambígua e conflituosa entre fisiologismo e reformismo teria acarretado enormes dificuldades para o PTB, fazendo dele uma instituição paradoxal.

²² Segundo Delgado, “as divergências internas do PTB manifestar-se-iam das mais variadas maneiras no decorrer da história do PTB. Nos primeiros anos, predominou mais uma disputa de cargos com vistas ao poder pelo poder (é o caso da disputa Borghi versus Ivete Vargas pelo controle do PTB paulista); posteriormente, além do conflito fisiológico, passaram a existir também divergências mais ideológicas e doutrinárias, mescladas com disputas regionais (por exemplo, Vargas versus Pasqualini); e mais tarde, em um quadro mais complexo, haveria disputas ideológicas (conservadores versus reformistas) mescladas com conflitos fisiológicos em torno dos cargos e concessões de benefícios (disputa pelo controle da máquina administrativa do Ministério do Trabalho e Institutos de Previdência)”. In: 1989, p. 53.

²³ Cf. D’ARAÚJO (1996).

²⁴ Segundo Miriam Diehl Ruas (1986, p. 132), “o encaminhamento dado durante seu governo para os problemas sociais, políticos e econômicos enquadrava-se quase que perfeitamente no ideário trabalhista. Em todos os seus grandes empreendimentos visualizava o homem (educação, reforma agrária) ou o Estado a serviço da coletividade (encampações).

²⁵ Mais detalhes, ver BANDEIRA (1979).

²⁶ O final da década de 1950 e início da década de 1960 foram marcados pela ascensão dos movimentos populares, tanto nos campos quanto nas cidades, que ganharam um relevo nunca visto antes na História Brasileira. Dentre estes movimentos, ganharam maior visibilidade as Ligas Camponesas, o movimento sindical (sobretudo através do Comando Geral dos Trabalhadores - CGT), os estudantes através da União Nacional dos Estudantes - UNE e, inclusive, organizações de subalternos das Forças Armadas (como sargentos da Aeronáutica e do Exército e marinheiros e fuzileiros da Marinha).

²⁷ Aliás, convém observar, aqui, que o PTB, ao trilhar pela via do reformismo, distanciou-se, gradativamente, “de dois dos seus mais claros propósitos e objetivos, quando de sua formação; a ação preventiva à expansão do PCB e o reforço da mística e poder de Getúlio” (DELGADO, 1989, p. 156).

²⁸ As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam à alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas do País. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, tributária, administrativa, agrária, universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas. In: FERREIRA, 2003b, p. 351-352.

²⁹ Neste comício, Jango se comprometeu com as esquerdas pelo programa máximo de reformas

³⁰ Após as revoltas dos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha, que contou com o apoio e o incentivo das esquerdas, muitos militares das três forças, até então legalistas, concluindo que a corporação militar estava em risco, cederam aos argumentos da até então minoria golpista. Em suma, “a ida dos petebistas e das esquerdas aos quartéis feriu crenças, valores e códigos comportamentais próprios da instituição militar e diversas facções nas Forças Ar-

madras não os perdoariam pela estratégia de fazer proselitismo político nas tropas” (FERREIRA, 2003b, p. 326).

³¹ Conforme Ronaldo Vainfas (2007, p. 492), em Lisboa, exilado desde 1978, Brizola “estreitou contatos com Mário Soares (líder do Partido Socialista Português e primeiro-ministro do país) e Willy Brandt, expoentes da Internacional Socialista, da qual se tornou membro, abraçando a idéia do ‘socialismo democrático’” – o que foi decisivo para a renovação do trabalhismo. Segundo João Trajano Sento-Sé (2007, p. 435), “a aproximação de Brizola da Internacional Socialista fazia parte de um esforço dele e de alguns jovens brasileiros exilados para aproximar o que seria o novo trabalhismo das correntes mais avançadas da esquerda européia”.